

Onde o **Direito**
impulsiona a **Inovação**



LEGAL DESIGN

*Centralidade do usuário e motor de
transformação social e ambiental*

WWW.VLKLaw.COM.BR



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. Colaboração multidisciplinar	4
Designers, advogados, profissionais de tecnologia e cidadãos devem trabalhar juntos para soluções eficazes	
2. Interação e prototipagem	5
Testes contínuos e ajustes a partir de evidências reais são essenciais para criar processos jurídicos mais claros e acessíveis	
3. Equilíbrio entre legalidade e usabilidade	7
Clareza e simplicidade devem coexistir com precisão jurídica	
4. Inovação sistêmica	9
O Legal Design vai além de documentos; impacta políticas, processos e ecossistemas jurídicos completos	
5. ROI (Return on Investment) Valor humano e cultural	12
O retorno do Legal Design inclui intuição, aprendizagem, transformação cultural e justiça social, não apenas métricas financeiras	
6. Inclusão e contexto	14
Soluções jurídicas precisam considerar diversidade cultural, linguística e tecnológica	
7. Negócios sustentáveis	16
Legal design é uma ferramenta estratégica para integrar transformação social e ambiental às práticas corporativas	
CONCLUSÃO	18
SOBRE NÓS	19



INTRODUÇÃO

O Legal Design tem se consolidado como uma das principais abordagens para transformar o acesso, a aplicação e a comunicação do Direito a partir da centralidade no ser humano.

Aliás, o usuário no centro de tudo foi a espinha dorsal nas discussões pautadas no Legal Design Summit 2025, o principal evento do mundo sobre o tema que aconteceu em setembro na cidade de Helsinque, na Finlândia.

Nos mais de 20 painéis apresentados pelos 43 palestrantes com formações diversas como Direito, Design, Engenharia, Tecnologia, e de diversas partes do mundo, ficou evidente o poder da multidisciplinaridade e da diversidade cultural, social e racial como elemento fundamental para o desenvolvimento do design.

O evento reforçou a importância de aproximar o Direito das pessoas, incorporando práticas de design, tecnologia e inovação para criar sistemas jurídicos mais acessíveis e eficazes.

Esse movimento é parte de um esforço internacional que conecta escritórios, departamentos jurídicos, órgãos governamentais e instituições acadêmicas ao redor de um propósito comum: redesenhar a experiência no universo do Direito.

Este e-book reúne os sete principais *takeaways* do Summit e traduz esses aprendizados em aplicações práticas para profissionais do mercado jurídico, oferecendo não apenas conceitos e métricas, mas também sugestões de caminhos para implementação.

1. Colaboração multidisciplinar: *Designers, advogados, profissionais de tecnologia e cidadãos devem trabalhar juntos para soluções eficazes*



A colaboração entre diferentes disciplinas — Direito, Design, Tecnologia, Engenharia, Comunicação — é um vetor essencial no Legal Design. No contexto do Legal Design Summit 2025, foi enfatizada a urgência de “romper silos” e conectar expertise legal e experiência de design.

Segundo Margaret Hagan em 'Law by Design' (2017)¹, a colaboração multidisciplinar é essencial porque “trabalhar com pessoas que possuem diferentes áreas de especialização mistura modelos mentais, formas de resolver problemas e conhecimentos sobre possíveis soluções. Dessa forma, soluções comprovadas de um campo podem ser adaptadas para outro.”

Um caso interessante no setor de contratos é o projeto oneNDA, idealizado por rede de colaboração entre advogados, designers e empresas, que resultou em mais de 10.000 downloads de minutas de Contratos de Confidencialidade e adoção formal por cerca de 650 empresas até 2022 — demonstrando como a cocriação entre disciplinas pode gerar escala e impacto real².

Quando diferentes expertises se unem desde o início, projetos jurídicos tendem a antecipar falhas de comunicação e viés disciplinar, gerando soluções mais robustas e aderentes. Para o mercado jurídico, isso significa que o êxito do Legal Design depende tanto da competência técnica quanto da coordenação efetiva entre disciplinas.

¹ <https://lawbydesign.co/design-mindsets/#interdisciplinary>

² <https://www.ft.com/content/37c40877-fec8-4016-b231-ea54ccfac314>

COMO IMPLEMENTAR COLABORAÇÃO MULTIDISCIPLINAR NO MUNDO JURÍDICO

- Mapear stakeholders estratégicos: advogados, designers, profissionais de tecnologia, pesquisadores e público-alvo dos documentos/serviços jurídicos.
- Realizar workshops de cocriação desde o começo do projeto (design sprints jurídicos).
- Estabelecer rituais de alinhamento contínuo (checkpoints, feedbacks cruzados).
- Fomentar cultura de aprendizado mútuo (treinamentos cruzados: design para advogados, direito para designers).
- Manter canais de comunicação direta com usuários ou cidadãos (grupos-piloto, entrevistas).
- Avaliar ciclos de melhoria do processo de colaboração e ajustar com base em lições aprendidas.

2. **Iteração e prototipagem:** *Testes contínuos e ajustes a partir de evidências reais são essenciais para criar processos jurídicos mais claros e acessíveis*



O Legal Design parte do princípio de que o Direito não precisa ser imutável ou hermético: ele pode — e deve — ser experimentado, testado e ajustado. A lógica da iteração (melhorias em ciclos sucessivos) e da prototipagem (construção de versões preliminares para validação) aplica ao campo jurídico um mindset de inovação já consolidado em setores como tecnologia e design de produtos.

No contexto do Legal Design Summit 2025, essa abordagem ficou evidente em oficinas que incentivaram advogados e designers a cocriar soluções jurídicas em formato de protótipos visuais, fluxos interativos ou documentos simplificados, submetendo-os a testes de compreensão e usabilidade com usuários reais. A lição foi clara: não é necessário (nem desejável) “acertar tudo de primeira”, mas sim aprender com evidências práticas e ajustar continuamente.

A prototipagem permite que hipóteses sejam confrontadas com a realidade do usuário antes de se transformarem em soluções definitivas. No universo jurídico, isso significa, por exemplo, criar uma minuta inicial de um contrato ou de uma política interna e testá-la diretamente com o público-alvo, antes de aplicar a sua versão final.

Os dados reforçam essa prática: o relatório *The ROI of Legal Tech & AI Report 2025* (Thomson Reuters), com base em respostas de 1.000 profissionais jurídicos, identificou que iniciativas jurídicas bem-sucedidas utilizam ciclos rápidos de iteração como diferencial competitivo, garantindo maior usabilidade e adaptação em comparação a projetos desenvolvidos de forma linear e engessada.

Na prática, advogados que incorporam prototipagem de documentos jurídicos em versões preliminares reduzem drasticamente o risco de retrabalho.

Por exemplo, antes da entrega final de um contrato em Visual Law, apresenta-se uma amostra gráfica ao cliente permitindo a correção de rotas e ajustes de abordagem como tom de voz, design e conteúdo antes da entrega final do documento.

Esses ajustes, derivados de ciclos iterativos, geram ganhos de eficiência e reduzem custos com alocações de horas para retrabalho.

Há, no entanto, uma milha importante para avanço na cultura de metodologias de design thinking no mercado jurídico. De acordo com recente pesquisa realizada pela EY¹, “somente 11% dos departamentos jurídicos realizaram entrevistas com seus stakeholders nos últimos 12 meses, enquanto apenas 20% estabeleceram um ciclo contínuo de feedback para melhorias contínuas no modelo operacional.”

¹ https://www.ey.com/en_gl/insights/law/amid-disruption-how-can-legal-departments-innovate-with-confidence

A cultura de testes e aceitação do erro como parte do aprendizado ainda é um terreno novo e desafiador para os operadores de Direito e muitas vezes apresenta-se como um entrave para a experimentação de soluções inovadoras.



COMO IMPLEMENTAR ITERAÇÃO E PROTOTIPAGEM EM PROJETOS JURÍDICOS

- Aplicar testes com usuários reais (clientes, consumidores) para captar dificuldades reais.
- Coletar feedback qualitativo e métricas (tempo de leitura, pontos confusos).
- Estabelecer iterações curtas (sprints de 1 a 2 semanas) para refinar o protótipo/minuta do documento.
- Usar métricas de sucesso (ex: número de dúvidas, tempo de compreensão) para comparação entre versões.
- Documentar cada iteração e hipóteses testadas.
- Realizar experimentos controlados (pilotos) antes de escalar para toda a organização.



3. Equilíbrio entre legalidade e usabilidade: *Clareza e simplicidade devem coexistir com precisão jurídica*



Um desafio recorrente no Legal Design é equilibrar clareza e simplicidade com a exigência de precisão jurídica. Durante o Summit, sessões como "Unlocking Clarity: UX Research Insights from Real Legal Experiences" discutiram como a utilização de linguagem simples pode ser aliada da consistência jurídica — não sua inimiga.

A compreensão da informação jurídica está intimamente ligada ao acesso à Justiça e a função social do Direito. Se há alguns anos o ecossistema legal se orgulhava do vocabulário rebuscado e do abismo comunicacional com o restante da sociedade, nos dias de hoje vivemos uma situação totalmente inversa: busca-se uma comunicação direta, fluída, sem "juridiquês".

Essa tendência tem sido notada no Judiciário, como, por exemplo, mediante o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, consistente num conjunto de "ações, iniciativas e projetos a serem desenvolvidos em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição, com o objetivo de adotar linguagem simples, direta e

*compreensível a todos os cidadãos na produção das decisões judiciais e na comunicação geral com a sociedade"*¹.

No mesmo sentido, há discussões no Poder Legislativo, como o PL 6.256/2019, da deputada federal Erika Kokay (PT-D) que institui a Política Nacional de Linguagem Simples visando estabelecer a obrigação do Executivo, Legislativo e Judiciário, estados, municípios e Distrito Federal a se comunicar de forma simples e clara com a população.

No âmbito das relações contratuais, nota-se também importante avanço, em grande parte resultante da pressão das áreas de negócio das empresas. Neste contexto, é precisa a ponderação de Helena Haapio e Margaret Hagan²:

"(Os profissionais ligados à área de negócio/comercial) precisam saber quais ações são exigidas

deles nos contratos, quando e onde devem acontecer. Se a linguagem e a complexidade do contrato sobrecarregarem as capacidades cognitivas dos seus usuários, mesmo que tais contratos sejam legalmente perfeitos, eles não são o que os usuários de negócios precisam e merecem, e, portanto, não cumprem plenamente seu objetivo final."

Áreas jurídicas que adotam essa abordagem contratual, com linguagem simples, objetiva e estrutura clara dos direitos e obrigações de cada parte, tendem a identificar menos consultas de suas áreas internas para tirar dúvidas e obter esclarecimentos, além de contribuir para fluxos mais céleres de contratação — ganhos que, embora nem sempre medidos objetivamente, são observados na prática pelas empresas.

Assim, além de trazer mais eficiência na alocação de horas de trabalho para os advogados dedicarem-se a assuntos mais estratégicos, fortalece-se a reputação da área jurídica como parceira da área de negócios.

¹ <https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/pacto-nacional-do-judiciario-pela-linguagem-simples/>

² HAAPIO, Helena et HAGAN, Margaret. Design Patterns for Contracts. 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2747280

COMO ENCONTRAR E APLICAR ESSE EQUILÍBRIO

- Fazer dupla revisão: uma tradicional (jurídica) e outra orientada à experiência do usuário.
- Mapear zonas de “alto risco legal” (que exigem mais cautela na linguagem) e zonas de “intermediária usabilidade” (que permitem mais flexibilidade).
- Aplicar *progressive disclosure* (versão resumida + versão completa com detalhes ou condições contratuais específicas + condições contratuais gerais).
- Incluir elementos visuais (diagramas, fluxogramas, tabelas) para explicar estruturas jurídicas.
- Submeter minutas dos documentos a testes de usuários leigos (área comercial, marketing, consumidores finais) para identificar pontos de confusão.
- Criar guias internos de estilo jurídico (normas de linguagem clara em contextos técnicos).
- Documentar decisões de *trade-off* entre clareza e rigor legal para consulta futura.



4.

Inovação sistêmica:

O Legal Design vai além de documentos; impacta políticas, processos e ecossistemas jurídicos completos



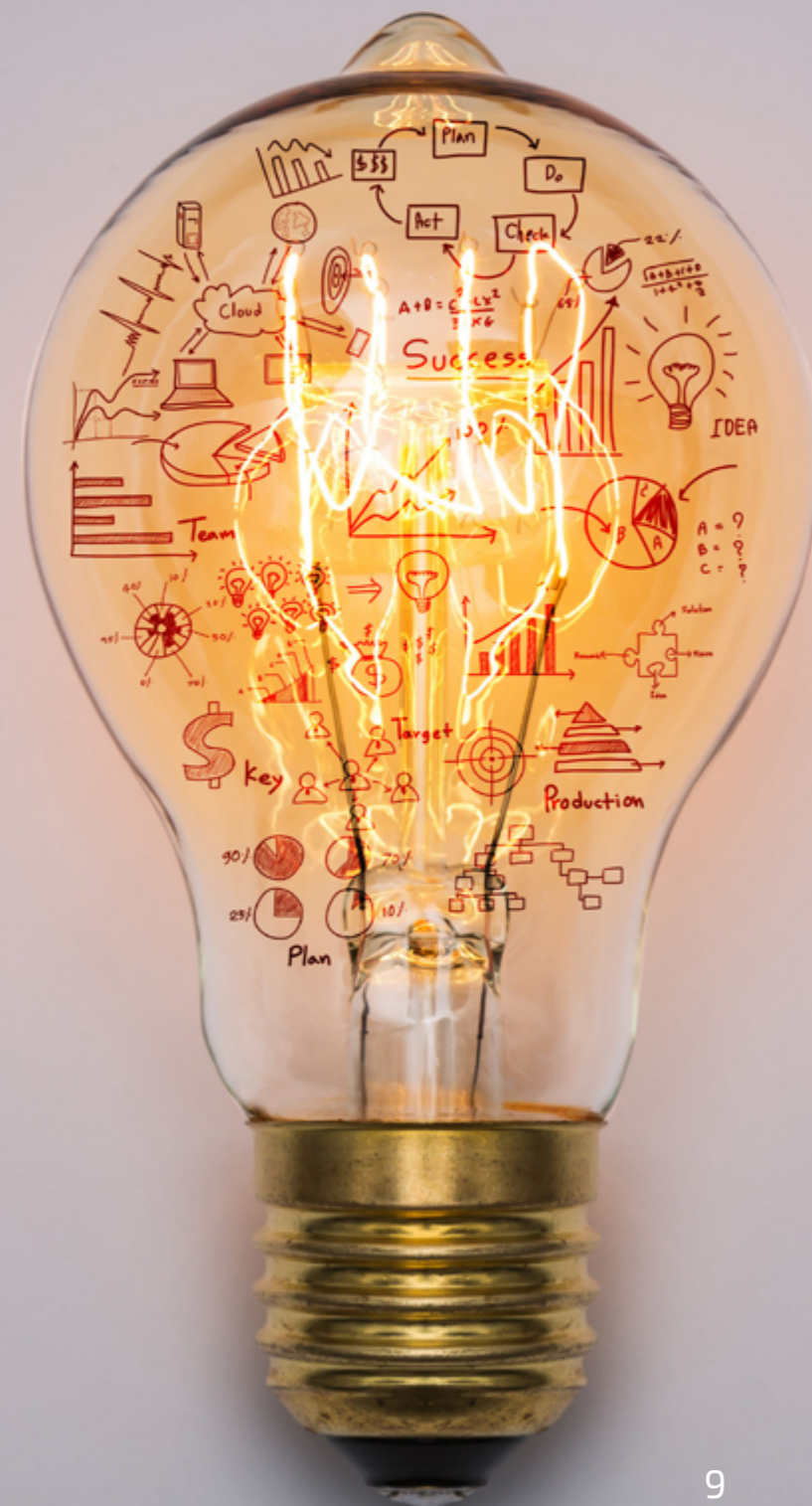
O Summit 2025 enfatizou que o alcance do Legal Design transcende documentos individuais e deve permear políticas, processos institucionais e ecossistemas jurídicos. Em uma das sessões, abordou-se como intervenções de design podem promover “systemic justice reform”.

Neste contexto, vale destacar um trabalho conduzido pelo Stanford Legal Design Lab em parceria com a Corte da Califórnia e "Self Help Centers" de San Mateo e Santa Clara e publicado em 2018 no Indiana Journal of Law and Social Equality¹. O grupo tinha como principal objetivo identificar as principais dores de cidadãos leigos que precisavam recorrer à Justiça sem a assistência de advogados bem como quais medidas eram indicadas para facilitar o acesso à Justiça e melhorar a experiência nessa jornada.

1 HAGAN, Margaret. A Human-Centered Design Approach to Access to Justice: Generating New Prototypes and Hypotheses for Intervention to Make Courts User-Friendly. Indiana Journal of Law and Social Equality. Volume 6, Artigo 2. 2018.

A pesquisa identificou quatro fatores principais que contribuem para uma experiência negativa de acesso à Justiça:

1. O design do sistema jurídico é historicamente orientado de cima para baixo, priorizando profissionais jurídicos em vez das necessidades dos cidadãos;
2. O sistema é intimidante e confuso, com linguagem técnica e processos complexos que dificultam a compreensão e navegação;
3. Os cidadãos geralmente buscam o sistema judicial não porque desejam, mas porque todas as opções de resolver aquele problema já foram esgotadas e sentem-se acuados;
4. O sistema exige um alto nível de esforço e engajamento contínuo, o que pode ser desgastante para pessoas já enfrentando situações difíceis.



Para mitigar essas dores, foram sugeridas várias recomendações, incluindo:

1. Criar caminhos coordenados e navegáveis para orientar os litigantes em suas jornadas legais, com recursos visuais e mapas de processos;
2. Melhorar a sinalização física e digital para facilitar a navegação nos espaços do tribunal;
3. Oferecer recepções mais humanas e eficientes, com maior suporte pessoal e redução de filas;
4. Redesenhar os materiais em papel para torná-los mais claros, visuais e personalizados; e
5. Fornecer estações de trabalho adequadas nos tribunais, com materiais e privacidade para que os litigantes realizem suas tarefas.
6. Foi recomendado o uso de ferramentas digitais para suporte remoto e a criação de instrumentos padronizados para avaliar a experiência do usuário e promover melhorias contínuas.

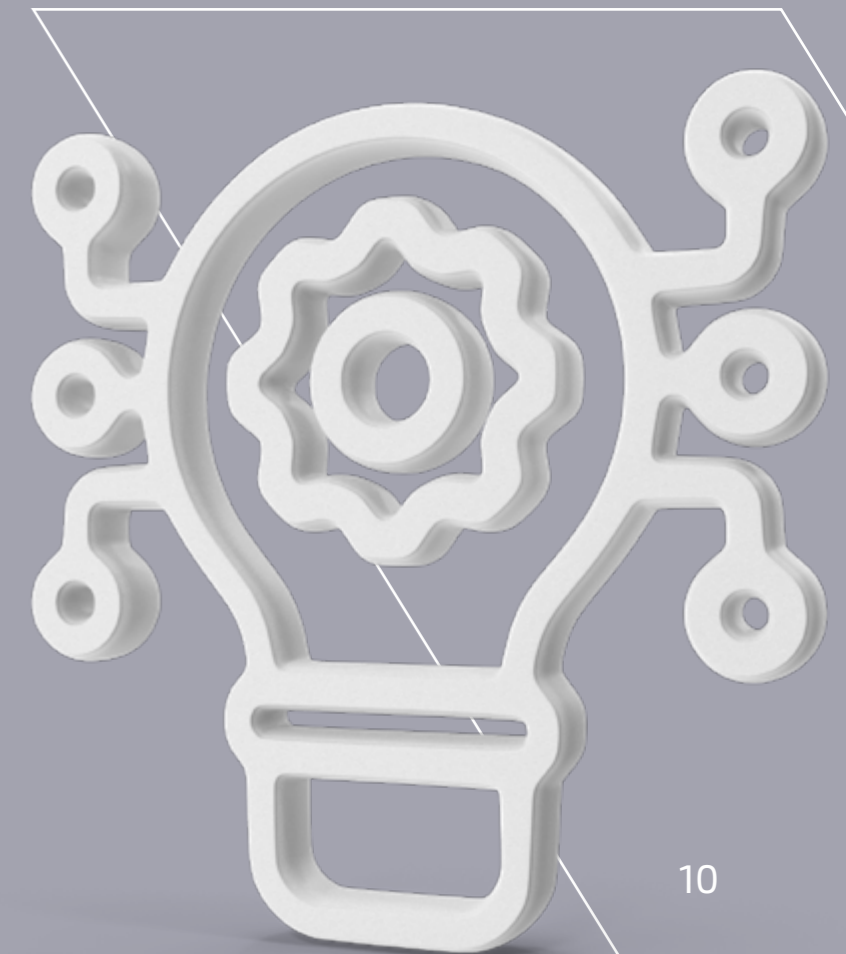
A abordagem de *service design* já evidenciou que projetos pontuais ainda que bem desenvolvidos, quando não conectados à jornada inteira do usuário naquele serviço, muitas vezes falham por não estarem integrados ao restante dos processos, trazendo uma experiência fragmentada ou desalinhada. Organizações com visão sistêmica apresentam melhor interoperabilidade entre áreas e menos resistências internas.

Assim como no caso relatado do sistema judicial na Corte da Califórnia, a utilização de ferramentas digitais nas companhias é um elemento relevante para viabilizar a implementação de soluções sistêmicas para a melhoria de processos jurídicos. Por exemplo, a implementação de abordagem de Legal Design na área de Compras para melhoria no fluxo de contratação poderia começar com a elaboração de contratos em linguagem simples e visual, facilitando a compreensão das cláusulas. Em seguida, o contrato seria gerido por sistema que centraliza o fluxo de análise e aprovação, com notificações automáticas, controle de versões e registro de comentários,

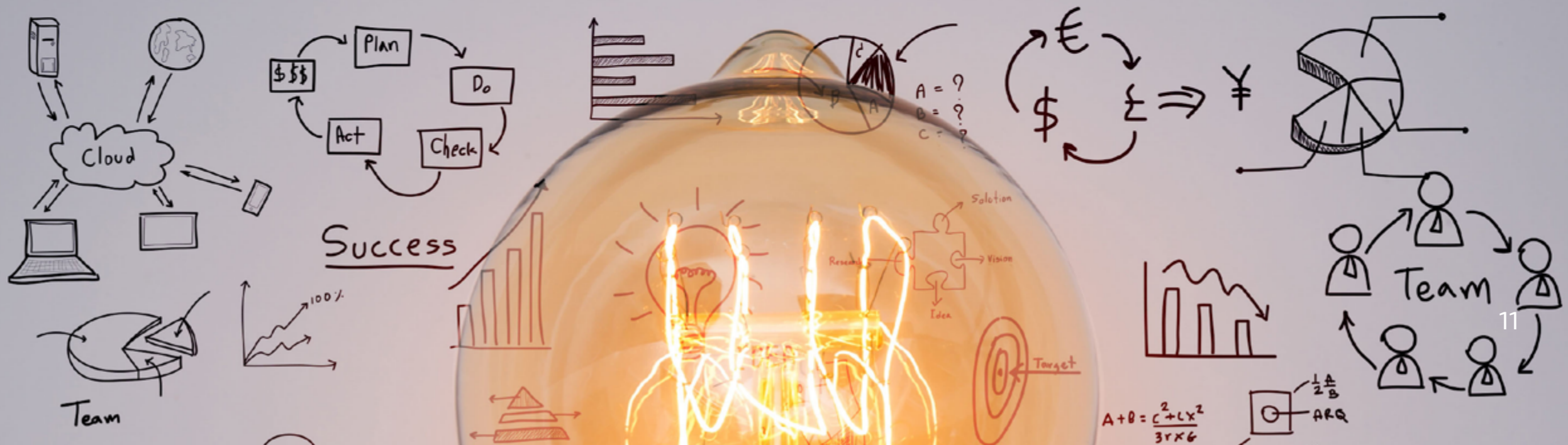
garantindo transparência, agilidade e conformidade.

O processo segue de forma estruturada até a assinatura digital e envio para as partes contratantes, reduzindo gargalos e promovendo maior eficiência e segurança jurídica.

Para que o Legal Design funcione em escala, é preciso pensar não só no documento, mas no ambiente regulatório, nas rotinas institucionais e nos fluxos que compreendem a jornada do usuário naquela experiência jurídica específica.



- Fazer mapeamento do ecossistema envolvido (atores, fluxos, dependências).
- Identificar pontos de alavanca onde pequenas intervenções geram efeitos amplificados.
- Projetar intervenções integradas (documentos + processos + canais).
- Realizar pilotos sistêmicos antes de aplicar em larga escala.
- Definir métricas de impacto sistêmico (tempo de tramitação, atrito entre áreas internas da empresa, ou entre diferentes empresas e instituições).
- Promover cultura institucional de reflexão sistêmica e aprendizagem contínua.



5.

ROI (Return on Investment)

Valor humano e cultural:

O retorno do Legal Design inclui intuição, aprendizagem, transformação cultural e justiça social, não apenas métricas financeiras

No Summit 2025, debates sobre “The ROI of Legal Design” ressaltaram que o valor do Legal Design vai além de economia direta — inclui transformação cultural, engajamento e justiça social.

Assim, o ROI do Legal Design deve ser mensurado não apenas por métricas de custo e eficiência, mas também pelo impacto humano e pela mudança de mentalidade na organização.

No entanto, de forma geral, ainda nota-se que poucas áreas jurídicas das companhias e escritórios de advocacia levam em consideração essas métricas de retorno ao capital humano.

De acordo com levantamento realizado pela EY¹, em 2025, com 1000 consultores e diretores jurídicos em 21 países, “embora 96% dos entrevistados reconheçam que o ROI influencia seus investimentos em tecnologia, poucos departamentos jurídicos vão além da economia geral de tempo e custos para

¹ https://www.ey.com/en_gl/insights/law/amid-disruption-how-can-legal-departments-innovate-with-confidence

considerar outras métricas.” Ao explorar detalhadamente o ROI, os departamentos jurídicos podem transformar dados em inteligência estratégica, impulsionando iniciativas tecnológicas de alto valor, incluindo metas organizacionais com foco em qualidade de vida para os seus advogados e retenção de talentos.

Segundo relatório da Thomson Reuters (2025)², os retornos intangíveis — como engajamento, confiança e reputação — são tão importantes quanto os financeiros ao avaliar inovações jurídicas. Nesta pesquisa, dados interessantes foram mapeados com relação ao impacto da adoção de ferramentas tecnológicas para melhoria das entregas jurídicas em escritórios de advocacia: para além de indicadores como eficiência, foram relatados benefícios emocionais como a redução de stress em 33% e aumento de auto confiança em 32% dos entrevistados.

² <https://insight.thomsonreuters.com/mena/legal/resources/resource/the-roi-of-legal-tech-ai-report-2025>



COMO ESTRUTURAR E MENSURAR ROI HUMANO E CULTURAL NO LEGAL DESIGN

- Definir valores intangíveis esperados (empatia, confiança, transparência).
- Criar indicadores qualitativos (entrevistas, narrativas, pesquisas de percepção).
- Utilizar benchmarks ou estudos de caso para estimar impactos esperados.
- Executar comparações “antes x depois” para evidenciar transformações culturais e operacionais.
- Apurar quantas pessoas mudaram práticas internas após o projeto (multiplicação cultural).
- Engajar lideranças para que reforcem e disseminem os resultados dentro da organização.

6. **Inclusão e contexto:** *Soluções jurídicas precisam considerar diversidade cultural, linguística e tecnológica*



A inclusão é um dos pilares mais relevantes do Legal Design contemporâneo. Quando falamos em transformar o Direito em uma prática mais acessível, não basta simplificar linguagem ou adotar recursos visuais: é preciso reconhecer que usuários do sistema jurídico vivem em contextos culturais, linguísticos e tecnológicos profundamente distintos. Um contrato, um formulário ou uma política corporativa que ignora esses fatores corre o risco de se tornar ineficaz ou, pior, excludente.

No Legal Design Summit 2025, a ideia de “*designing with, not for*” reforçou que a cocriação com grupos diversos não é apenas metodologia, mas uma garantia de legitimidade e justiça social. O design jurídico deve abraçar realidades distintas — seja no campo do letramento, seja na proficiência linguística ou na desigualdade de acesso digital. Para ser verdadeiramente eficaz, precisa ser moldado pela diversidade de quem dele depende.

Um dos exemplos mais citados internacionalmente é o do Comic Contract¹, desenvolvido na África do Sul. Eles foram criados para trabalhadores rurais sazonais, muitos com baixo letramento e falantes de diferentes idiomas locais. Em vez de um documento tradicional cheio de cláusulas textuais, os contratos foram transformados em narrativas gráficas, acompanhadas de áudios explicativos. O resultado foi maior compreensão dos termos, mais segurança para as partes e redução significativa de conflitos. Esse case mostra como o design pode remover barreiras linguísticas e de letramento em um documento jurídico central: o contrato.

Outro case de destaque é o do Street Vendor Project², em Nova Iorque. O projeto tinha como objetivo “traduzir” as leis e regulamentações para a atuação dos vendedores ambulantes na cidade americana — em sua

¹ <https://creative-contracts.com/>

² <https://welcometocup.org/projects/vendor-power>



maioria imigrantes, com diferentes idiomas e níveis de acesso digital. Muitos deles eram penalizados com multas de até USD \$1000 por não compreenderem as regras específicas para atuação. O trabalho resultou num guia prático e ilustrado do que se pode ou não fazer no contexto do comércio das ruas nova iorquinas, sendo produzido em versões, além do inglês, em árabe, espanhol, chinês e bengali – reflexo das nacionalidades do público-alvo. O exemplo mostra que, mesmo em um dos sistemas jurídicos mais robustos do mundo, barreiras culturais e linguísticas são reais — e podem ser enfrentadas por meio do Legal Design centrado na inclusão.

Esses cases demonstram que ao aplicar metodologias que consideram diversidade, as soluções jurídicas alcançam não apenas eficiência, mas também justiça social. Contratos em formato visual, serviços digitais com apoio multilíngue e políticas de simplificação para populações vulneráveis são exemplos concretos de como repensar o Direito com base em contextos reais.

Não há Legal Design sem inclusão. O desafio para advogados, designers e formuladores de políticas é ir além do “texto claro” e pensar em múltiplas camadas de acessibilidade: cultural, linguística e tecnológica. Isso é o que garante não só que o serviço jurídico seja compreendido, mas que seja verdadeiramente utilizado e respeitado por todos.

Como aplicar inclusão e sensibilidade ao contexto

- Realizar pesquisa com dados agregados sobre o público-alvo do serviço jurídico para mapear diversidade incluindo questões como formação educacional, profissão, condição sócio-econômica, raça, orientação sexual, sempre ponderando a coleta de dados minimamente necessários para a finalidade.
- Adaptar linguagem e formatos (versões simples, glossário visual, traduções).
- Garantir acessibilidade digital (compatibilidade com leitores de tela, navegação por voz, tamanho de fonte ajustável).
- Considerar limitações tecnológicas (celulares simples, conexão lenta).
- Cocriar com representantes de grupos diversos para prototipagem e validação.
- Oferecer múltiplos canais de interação (físico, digital, telefone).
- Incorporar elementos culturais e linguísticos pertinentes nos exemplos e analogias.
- Monitorar e corrigir vieses tanto nos fluxos jurídicos como nas eventuais interfaces tecnológicas.

7. **Negócios sustentáveis:** *Legal design é uma ferramenta estratégica para integrar transformação social e ambiental às práticas corporativas*

O debate sobre sustentabilidade corporativa deixou de ser periférico: hoje, ESG (Environmental, Social and Governance) é prioridade estratégica em empresas de todos os setores. O Legal Design Summit 2025 reforçou que o Legal Design pode ser uma ferramenta-chave para transformar compromissos abstratos em práticas concretas, integrando direitos humanos e sustentabilidade de maneira clara, compreensível e aplicável. A keynote do painel *"Dear Business: You Can't Spell Sustainability Without Human Rights and Legal Design"* sintetizou essa convergência entre Direito, design e impacto social.

Neste sentido, um case relevante é o projeto da World Commerce & Contracting (WorldCC) em parceria com o University of Tennessee¹, que desenvolveu minutas e cláusulas contratuais para auxiliar a inclusão de práticas de negócios sustentáveis nos documentos contratuais. Esses modelos utilizam design visual e linguagem clara para alinhar expectativas de fornecedores e compradores em temas como redução de carbono, diversidade na cadeia de suprimentos e direitos trabalhistas. Ao facilitar a leitura e

¹ <https://www.worldcc.foundation/Portals/Foundation/Reports/WorldCC-Foundation-annual-report-2024.pdf>

negociação, o impacto é duplo: maior adesão de stakeholders e redução de disputas.

No Brasil, estudos como o artigo *"Legal Design e ESG: contornos e incidências práticas"*, publicado pela Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2025)², reforçam que a integração entre Legal Design e ESG amplia a confiança dos stakeholders e facilita a implementação de agendas corporativas sustentáveis.

² <https://revista.trf3.jus.br/index.php/rtrf3/article/view/726/686>

Um exemplo da estreita sinergia entre Legal Design e aspectos de ESG nas corporações é a aplicação de camadas de linguagem simples com visual law nos relatórios de sustentabilidade. Além de conferir transparência com relação às práticas sustentáveis da empresa, garante-se a compreensão e facilidade de navegação pelo público externo, aumentando percepção de valor, engajamento e reputação da marca.

Esses casos mostram que o Legal Design é mais do que estética aplicada ao Direito: é uma ferramenta de governança

corporativa capaz de operacionalizar compromissos socioambientais. Ao transformar contratos e documentos jurídicos em instrumentos de fácil compreensão, ele fortalece a legitimidade institucional, aumenta o engajamento de fornecedores e stakeholders e reduz barreiras culturais e linguísticas em cadeias globais.

Em última análise, o Legal Design se revela não apenas como um aliado de compliance, mas como catalisador de transformação cultural e social, posicionando o Direito como um verdadeiro agente de impacto sustentável.

Como aplicar Legal Design para negócios sustentáveis

- Mapear riscos e obrigações de direitos humanos e ESG na cadeia de valor.
- A partir desse mapeamento, redesenhar relatórios, políticas internas e contratos com linguagem clara e centrada no usuário, de forma a garantir a compreensão e/ou o cumprimento dos compromissos de ESG.
- Utilizar representações visuais (infográficos contratuais, dashboards de compliance).
- Incorporar métricas para medir o impacto social e ambiental antes e depois da aplicação das abordagens de Legal Design (ex: número de fornecedores auditados, cumprimento x descumprimento de cláusulas contratuais).
- Comunicar externamente a abordagem de Legal Design como diferencial estratégico, especialmente mediante casos reais de uso, como em relatórios de sustentabilidade.
- Instituir cultura organizacional que reconheça o design jurídico como elemento estrutural da governança e responsabilidade.



Conclusão

O Legal Design Summit 2025 reafirmou que o Direito pode ser transformado a partir da combinação de rigor jurídico com empatia, clareza e foco na experiência do usuário.

A aplicação prática dos takeaways aqui descritos demonstra que escritórios, departamentos jurídicos e órgãos públicos podem adotar novas formas de pensar e trabalhar, que resultam em soluções mais inclusivas, ágeis e eficazes.

Mais do que uma tendência, o Legal Design se mostra como uma competência estratégica e necessária para o futuro do mercado jurídico, promovendo justiça social, inovação e sustentabilidade.

Sobre nós

O VLK Advogados entende o Direito como instrumento para impulsionar a inovação, o sucesso dos negócios e uma sociedade mais próspera e justa.

Participamos ativamente da construção de marcos regulatórios e de centenas de projetos inovadores, o que nos permite antecipar tendências e gerar segurança jurídica para viabilizar negócios nas seguintes áreas:

- Governança Ética e Proteção de Dados
- Inteligência Artificial
- Segurança Cibernética e Resposta a Incidentes
- Economia Criativa, Legal Marketing e Propriedade Intelectual
- Legal Design e Visual Law
- Advocacy e Regulação Estratégica de Tecnologia
- Contencioso Estratégico

COMUNICACAO@VLKLAW.COM.BR



AUTOR



GISELE KARASSAWA

gisele@vlklaw.com.br

E-book "LEGAL DESIGN – centralidade do usuário e motor de transformação social e ambiental", Outubro de 2025.

CC BY-ND - Esta licença permite cópia e distribuição do material em qualquer meio ou formato apenas de forma não adaptada e apenas desde que a atribuição seja dada ao criador. A licença permite o uso comercial.

